

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.152 - PI (2019/0141789-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DO PIAUÍ  
**PROCURADOR** : ANA LINA BRITO CAVALCANTE E MENESES E OUTRO(S) - PI007103  
**AGRAVADO** : ANTÔNIO LISBOA LOPES DE SOUSA FILHO  
**ADVOGADOS** : MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO - PI002209  
JOÃO CLETO BARATTA MONTEIRO SOUSA - PI004045  
THYAGO BATISTA PINHEIRO E OUTRO(S) - PI007282

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DO PIAUÍ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - NULIDADE DE CITAÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - REGULARIDADE DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA - IRRELEVANTE - NOTA PROMISSÓRIA - AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO NÃO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO - REGULARIDADE DO TÍTULO DE CRÉDITO - RECURSO NÃO PROVIDO

1. Irrelevante discutir-se a regularidade da certidão da dívida ativa quando a decisão judicial extinguiu a execução por nulidade de citação e declarou a prescrição intercorrente.

2. Em se tratando de exceção de pré-executividade que, uma vez acolhida, põe fim ao processo de execução, são cabíveis honorários advocatícios. Precedentes.

3. Recurso não provido à unanimidade.

Alega violação do art. 8º da Lei 6.830/80 Lei de Execução Fiscal, no que concerne à possibilidade de citação por Edital tendo em vista a tentativa de citação por carta ter sido infrutífera, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Foi tentada a citação do executado por carta como determina a primeira parte do inciso I do artigo recentemente citado, conforme fl. 06, 05 (cinco) meses após o ajuizamento da execução.

O A.R retornou por causa da mudança de endereço do devedor, o que caracteriza, por parte do mesmo, desobediência aos deveres dos contribuintes, pois, cabe ao contribuinte manter o Fisco informado da mudança de endereço.

Esse entendimento já está mais do que sedimentando nesta Egrégia Corte.

(...)

Por isso, por displicência do contribuinte em não atualizar o seu cadastro junto ao Fisco ou por não informar sobre mudança de endereço, muito menos sobre uma dissolução da empresa, o mesmo se encontrava em um lugar incerto e não sabido.

Sem mais alternativa, tendo em vista que um mandando de citação se restaria infrutífera, além de trazer custos e morosidade ao judiciário, coube ao Estado exequente, amparado pelo CPC de 1973 e pela Lei de Execuções Fiscais (artigo 8º), requerer, ainda em 2003, a citação por edital.

(...)

Cabe frisar que todos esses atos processuais ocorreram no ano de 2003, quase 07 (sete) anos antes da edição da súmula 414-STJ. Na época não existia um entendimento pacífico sobre o esgotamento de todos os meios de citação para que chegasse ao edital muito menos havia uma gama de precedentes que assim o determinasse (fls. 284/285).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu sobre a tese de relativa à desnecessidade de esgotamento de todos os meios de citação antes da realização da citação por edital antes da edição da Súmula n. 414/STJ:

Entretanto, para sedimentar a discussão, o art. 8º, da Lei n. 8.830/80, antes mesmo da edição da Súmula 414, do STJ, já enumerava as formas pelas quais deveria ser feita a citação do executado. Veja-se:

Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

I - a citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma;

II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal;

III - se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital;

IV - o edital de citação será afixado na sede do Juízo publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 30 (trinta) dias, e conterà, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número a inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo.

Além do mais, o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça já era pacífico antes da edição da Súmula 414/STJ (fls. 270/271).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente